RELATO DE EXPERIÊNCIA IDENTIFICADO

ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NA PSICOTERAPIA PARA SURDOS

LINGUISTIC ACCESSIBILITY IN PSYCHOTHERAPY FOR DEAF PEOPLE

Flavio Lopes Guilhon[1]. Ludimylla Oliveira de Andrade Gouvêa[2].

1. Docente orientador do curso de Psicologia da Universidade Unigranrio | Afya, Campus Barra da Tijuca.

2. Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Unigranrio | Afya, Campus Barra da Tijuca. Autora correspondente: ludimylladantas1@hotmail.com.

Eixo Temático: 01 – Saúde

RESUMO

Este trabalho relata a experiência de um projeto de extensão que investigou as barreiras de acessibilidade linguística enfrentadas pela comunidade surda no acesso à psicoterapia. Partindo da constatação de que a maioria dos psicólogos não domina a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o projeto buscou compreender, na fala da própria população surda, como essa ausência de fluência afeta o vínculo terapêutico e a confidencialidade do atendimento. Foi aplicado um questionário on-line, divulgado em redes sociais e em um evento para a comunidade surda, respondido por 21 pessoas surdas usuárias de Libras. Os resultados apontaram que a maior parte dos participantes já enfrentou barreiras comunicacionais em sessões de terapia, sobretudo pela ausência de profissionais fluentes em Libras e pelo desconforto em depender de intérprete para tratar de questões íntimas, o que levou parte deles a desistir do acompanhamento psicológico. Como produto de extensão, foi elaborada uma cartilha educativa voltada a orientar profissionais de saúde sobre boas práticas de comunicação com pacientes surdos.

Palavras-chave: Psicoterapia. Barreiras de comunicação. Pessoas surdas. Língua de sinais.

ABSTRACT

This paper reports on an extension project that investigated the linguistic accessibility barriers faced by deaf people seeking psychotherapy in Brazil. Since most psychologists are not fluent in Brazilian Sign Language (Libras), the project sought to understand, from the perspective of deaf people themselves, how this lack of fluency affects the therapeutic bond and the confidentiality of care. An online questionnaire was applied, shared on social media and at an event for the deaf community, and answered by 21 deaf Libras users. Results showed that most participants had already faced communication barriers during therapy sessions, mainly due to the absence of Libras fluent professionals and discomfort in relying on an interpreter to discuss intimate matters, which led some of them to give up psychological care altogether. As an extension product, an educational booklet was created to guide health professionals on good communication practices with deaf patients.

Keywords: Psychotherapy. Communication barriers. Deaf persons. Sign language.

INTRODUÇÃO

A psicoterapia é uma ferramenta essencial para a promoção da saúde mental, mas para a comunidade surda o acesso a esse cuidado ainda é marcado por barreiras significativas, sobretudo pela escassez de psicólogos que dominem a Libras e pela falta de preparo dos serviços de saúde mental para lidar com as especificidades culturais e comunicacionais desse público. Segundo o IBGE[1], mais de 10 milhões de brasileiros possuem algum grau de surdez, e mesmo assim a oferta de psicólogos habilitados em Libras permanece extremamente reduzida.

A escolha do tema partiu da percepção de que discutir acessibilidade na psicoterapia vai além de recursos técnicos: trata-se de garantir o direito à escuta qualificada e de construir um espaço terapêutico que respeite a singularidade da comunidade surda, tal como preconizado pela legislação brasileira que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão[2] e regulamenta seu uso em serviços públicos, incluindo os de saúde[3]. Este relato apresenta a experiência de escuta direta dessa população, realizada por meio de um projeto de extensão do curso de Psicologia.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário on-line estruturado, elaborado no Google Forms, contendo questões objetivas e discursivas sobre experiências de comunicação em atendimentos de saúde, acessibilidade oferecida por profissionais e sugestões de melhoria. O questionário foi divulgado por meio de um panfleto com QR code, compartilhado em redes sociais, com pessoas surdas conhecidas pelo grupo e apresentado durante um evento voltado à comunidade surda. Ao todo, 21 pessoas surdas, majoritariamente usuárias de Libras como principal forma de comunicação, responderam ao formulário.

A maioria dos participantes relatou já ter procurado psicoterapia em algum momento da vida, mas parte significativa não teve uma experiência satisfatória, associada diretamente às dificuldades de comunicação com profissionais que não dominam Libras. Entre as barreiras mais citadas estavam a ausência de psicólogos fluentes em Libras, dificuldades na leitura e escrita do português e constrangimento ao depender de intérprete para falar sobre questões íntimas. A forma de comunicação mais desejada foi o atendimento direto com psicólogo fluente em Libras, sem necessidade de intérprete; quando o intérprete era necessário, vários participantes relataram desconforto pela quebra de privacidade que essa presença representa, achado que converge com a literatura sobre a acessibilidade da psicologia clínica à pessoa surda[4].

Como desdobramento do projeto, foi elaborada uma cartilha educativa com linguagem acessível e recursos visuais, reunindo boas práticas de comunicação para o atendimento de pessoas surdas em contextos terapêuticos e de saúde, apresentada e distribuída ao público participante ao final da ação.

CONCLUSÃO

A experiência evidenciou que a falta de acessibilidade linguística constitui o maior obstáculo enfrentado pela população surda no acesso à psicoterapia, comprometendo o vínculo terapêutico e, em muitos casos, levando à desistência do acompanhamento. Isso reforça a urgência de políticas de formação e contratação de psicólogos bilíngues, bem como de ações institucionais que garantam atendimento humanizado e acessível a essa população, em conformidade com o direito à acessibilidade previsto na Lei Brasileira de Inclusão[5].

O projeto contribuiu para a formação crítica das estudantes envolvidas, reforçando o compromisso da Psicologia com a garantia do direito linguístico e com a construção de práticas clínicas verdadeiramente inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IBGE. Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil (PNS 2019) [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2019 [citado 2025 out 1]. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8fd079e0e024594e16f9666ed843be78.pdf

2. Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras [Internet]. Diário Oficial da União. 2002 abr 25 [citado 2025 out 1]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

3. Brasil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 [Internet]. Diário Oficial da União. 2005 dez 23 [citado 2025 out 1]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

4. Araújo DC. A acessibilidade da psicologia clínica à pessoa surda. Rev ISEPs Psicológicas. 2023;3(1).

5. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [Internet]. Diário Oficial da União. 2015 jul 7 [citado 2025 out 1]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm